



Jonas Pereira/Agência Senado

Senado na luta contra o câncer de próstata

Sessão solene ontem no Congresso Nacional marcou a adesão do Legislativo ao Novembro Azul, campanha mundial de conscientização sobre a importância de prevenir o câncer de próstata. Autora do requerimento para a solenidade, a senadora Ana Amélia lembrou que o câncer de próstata é a segunda causa de morte entre os homens no Brasil, ficando atrás somente das

doenças cardíacas. Renan Calheiros destacou a relevância da campanha por alertar os homens para a necessidade de realização de exames preventivos que detectam qualquer indício do câncer de próstata, mesmo que inicial, propiciando o tratamento adequado e, em muitas oportunidades, a cura. Fachada do Palácio do Congresso ganhou iluminação especial na cor azul. 2

Transporte público pauta a nova revista *Em Discussão!*

Estímulo a carros e motos tem piorado a mobilidade urbana no Brasil, segundo especialistas ouvidos na edição que será lançada amanhã. 2



Reprodução

Limite de peso para mochila escolar será votado amanhã 3

Para especialistas, satélite reforçará soberania nacional 7

Debate aponta furos nas normas dos fundos de pensão 5

Minirreforma eleitoral volta a ser analisada 6

Celular 4G não vai interferir em TV aberta, dizem governo e Anatel

Conselho de Comunicação Social do Congresso debateu ontem leilão de tecnologia 4G para ocupar a faixa de 700 megahertz. 3

Atualização da lei comercial favorece crescimento

Opinião foi apresentada pelo jurista Marcelo Nunes e debatida ontem na comissão especial de reforma do Código Comercial. 4

especial **Cidadania**

Autoexame da mama é medida ultrapassada

Durante a campanha Outubro Rosa, internautas replicaram a hashtag #autoexame. Entretanto, os médicos advertem que o toque da mama não é recomendado há mais de uma década. A mamografia é o exame capaz de detectar o tumor em estágio inicial. 8



Mulher submete-se a mamografia: estudos mostram que o raio X dos seios, e não o autoexame, evita mortes por câncer

Milton Michtad/Estado de SP



Vital, Wellington, Ana Amélia, Renan, Moka e Aguinaldo Nardi no acionamento da iluminação em azul do Congresso

Congresso adere à luta contra o câncer de próstata

Sessão solene ontem marcou adesão do Parlamento ao Novembro Azul, cor que iluminará o Palácio do Congresso este mês. Câncer de próstata é uma das maiores causas de morte entre homens no Brasil

PARLAMENTARES RESSALTARAM ONTEM durante sessão solene do Congresso Nacional em homenagem ao movimento Novembro Azul e à Sociedade Brasileira de Urologia (SBU) a importância de os homens deixarem o preconceito de lado e se submeterem a exames preventivos do câncer de próstata.

Ana Amélia (PP-RS), requerente da sessão de homenagem, advertiu que o câncer de próstata é a segunda causa de morte entre os homens no Brasil, ficando atrás somente das doenças cardíacas. A senadora citou dados da SBU que revelam que, entre 1979 e 1999, houve um aumento de 139% na taxa de mortalidade por esse tipo de câncer.

— Essa pesquisa mostrou que 47% dos homens nunca fizeram exames para detectar o câncer de próstata e esse é o remédio, talvez, dos mais eficazes para combater essa doença — alertou.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, afirmou

que, após o Outubro Rosa, que chamou a atenção para a prevenção do câncer de mama, a instituição se engajará agora na campanha Novembro Azul.

— Eu tenho muitos motivos para fazer essa campanha. Porque, além de presidente do Congresso Nacional, eu tive na minha casa um problema muito sério: meu pai faleceu com câncer de próstata e este é mais um motivo para que eu participe dessa campanha — afirmou.

Valdir Raupp (PMDB-RO) lembrou que o câncer de próstata é curável em 90% dos casos, desde que a detecção aconteça nos estágios iniciais da doença. O parlamentar defendeu projeto de lei (PLS 233/2006) de autoria dele que permite que o empregado falte um dia do trabalho para fazer exames preventivos de câncer de mama, útero e próstata.

O presidente da SBU, Aguinaldo César Nardi, lembrou que as mulheres vivem sete anos mais do que os homens porque cuidam mais da saúde.

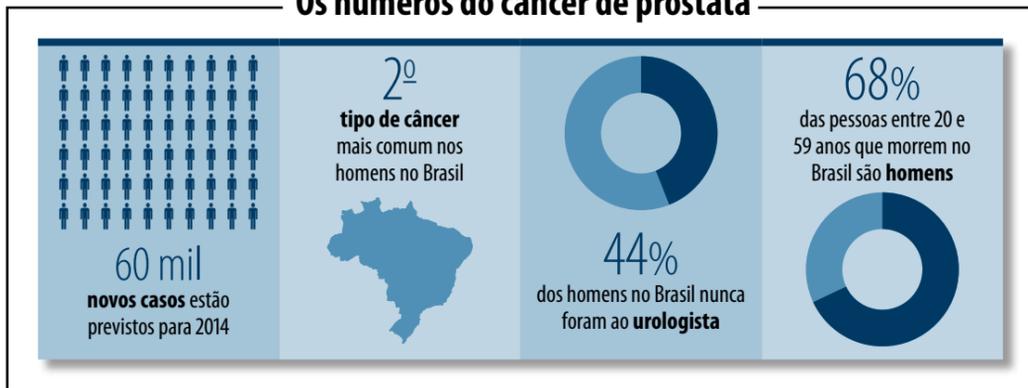
As mulheres, ressaltou, fazem exames preventivos, enquanto os homens não admitem a fragilidade deles.

— Nós temos 1.600 amputações de pênis no Brasil por ano porque ao homem não foi ensinado como lavar o pênis — lamentou

Waldemir Moka (PMDB-MS) criticou a falta de urologistas na rede pública e informou que vai buscar uma audiência com o Ministério da Saúde para discutir a questão. Os parlamentares ainda ressaltaram que o objetivo da campanha Novembro Azul é alertar a população não somente em relação ao câncer de próstata, mas em relação a todas as doenças masculinas.

Vital do Rêgo (PMDB-PB) disse que o movimento permitirá a quebra de barreiras e a construção de um novo paradigma de saúde para a população masculina no Brasil. Para o senador, a questão do tratamento e da prevenção do câncer de próstata deve ser uma política de Estado.

Os números do câncer de próstata



Fonte: Movimento Novembro Azul

Renan discute com Dilma agenda para 2013

O presidente do Senado, Renan Calheiros, reuniu-se ontem com a presidente da República, Dilma Rousseff. Na conversa, foi discutida a agenda política do Congresso para o restante de 2013. Renan reiterou que ainda nesta semana o Senado deve votar a

proposta de emenda constitucional que trata do orçamento impositivo, além da PEC que garante o voto aberto em todas as deliberações legislativas do Congresso e o projeto que muda o indexador da dívida dos estados.

O presidente do Senado

ênfaticamente que no encontro não houve discussão em torno da reforma ministerial.

— Não tratei de indicação de cargos. A presidente tem calendário próprio e, quando ela entender que precisa conversar com os partidos, ela o fará — disse.

Revista *Em Discussão!* explica o desafio da mobilidade urbana

Em junho, logo após as primeiras manifestações que se alastraram pelo país, o Senado se propôs o desafio de debater melhor a qualidade de vida das cidades. As ideias dos especialistas e os projetos na Casa são o tema da edição 18 da revista *Em Discussão!*, publicada pelo **Jornal do Senado**. O lançamento será amanhã, às 8h, na Comissão de Infraestrutura (CI), presidida pelo senador Fernando Collor (PTB-AL).

Baseada em estudos acadêmicos e científicos, *Em Discussão!* apresenta o diagnóstico feito pelos debatedores: as crescentes frotas de carros e motos, cuja produção foi estimulada, só complicaram a situação das vias urbanas.

Responsáveis por 90% dos passageiros do transporte público brasileiro, os ônibus deveriam ter prioridade no tráfego, com corredores exclusivos, uma das soluções.

Os prejuízos econômicos, sociais e ambientais são enormes: só a capital paulista pode ter perdido o equivalente a R\$ 1 trilhão nas cinco últimas décadas.

A edição, de 80 páginas, descreve como a solução do problema envolve planejamento e altos investimentos públicos. A lista de opções de transporte público é bastante extensa, porém a eficácia de cada sistema varia de acordo com o tamanho da cidade, de cada bairro, de cada orçamento municipal.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



- PLENÁRIO Orçamento impositivo**
14h Na pauta da sessão deliberativa, votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição do Orçamento Impositivo.
- PRESIDÊNCIA Parlamento da Geórgia**
12h O senador Renan Calheiros recebe a primeira-vice-presidente do Parlamento da Geórgia, Manana Kobakhidze; às 14h30, participa de lançamento da Frente Parlamentar pela Valorização do Setor Sucroenergético, na Câmara; às 15h, de reunião da bancada do PMDB; e às 16h preside a ordem do dia.
- CMA Terras indígenas**
8h30 Audiência pública com técnicos da Funai de Tabatinga (AM) e de Belém. Em debate, a exploração das riquezas naturais em terras indígenas, a sustentabilidade dos povos nativos e os meios necessários para garantir a qualidade de vida e a biodiversidade local.
- CCT Acordo com a Anatel**
9h Prestadoras de serviço de telecomunicações poderão firmar termo de ajustamento de conduta com a Anatel, segundo projeto na pauta. Também serão analisadas autorizações para emissoras de rádio e televisão em diversas regiões do país.
- CE Plano Nacional de Educação**
9h Audiência pública para instrução do projeto de lei da Câmara que aprova o Plano Nacional de Educação.
- CAE Cide-Combustível**
10h Proposta sobre percentual mínimo de arrecadação da Cide-Combustível em projetos de infraestrutura de transporte coletivo não motorizado.

- CDH Comunidades tradicionais**
10h Audiência pública interativa da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa para debater o marco legal para os povos de comunidades tradicionais.
- DESENVOLVIMENTO URBANO Eleição**
10h Instalação dos trabalhos e eleição do presidente e do vice-presidente da Subcomissão Permanente de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano.
- CÓDIGO PENAL Requerimentos**
10h30 Reunião administrativa para votação de requerimentos pela Comissão de Reforma do Código Penal.
- CAS Produtos para a saúde**
11h Audiência sobre os impactos da isonomia tributária na aquisição de produtos para a saúde. Participa, entre outros, o presidente-executivo da Associação Brasileira da Indústria de Artigos e Equipamentos Médicos, Odontológicos, Hospitalares e de Laboratórios, Paulo Henrique Fraccaro.
- CMMC Preparação para Varsóvia**
11h30 Parlamentares da comissão fazem reunião preparatória para a COP-19, em Varsóvia, na Polónia. Participa da reunião o embaixador José Antonio Marcondes de Carvalho, subsecretário-geral de Meio Ambiente do Ministério das Relações Exteriores.
- CPI DA ESPIONAGEM Celular**
14h Representantes das empresas de telefonia móvel Claro, TIM, Oi e Vivo participam de audiência pública da Comissão Parlamentar de Inquérito da Espionagem.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das **10h**, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, **a reunião da Comissão de Assuntos Econômicos**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Governo e Anatel dizem que vencedor do leilão da faixa dos 700 MHz, previsto para 2014, terá também que custear transferência da TV aberta para formato digital

Celular 4G não afetará TV, dizem debatedores

REPRESENTANTES DO MINISTÉRIO das Comunicações e da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) descartaram ontem, em reunião do Conselho de Comunicação Social, a possibilidade de interferência do telefone celular 4G no sinal de TV aberta em UHF que utilize a faixa de frequência de 700 megahertz.

O governo federal quer usar essa faixa para ampliar a oferta de celular 4G e um leilão está previsto para o primeiro semestre do ano que vem. O objetivo é baratear o serviço de celular, uma vez que essa faixa tem alcance maior e, consequentemente, custo menor por exigir menos antenas.

Segundo o superintendente de Outorgas e Recursos à Prestação da Anatel, Marconi Maya, haverá previsão legal para que não haja interferências de celular e garantia de que o consumidor continuará recebendo o sinal de televisão transmitido hoje em 700 MHz — que será transferido para o formato digital.

— A empresa que vencer o leilão deverá arcar com os custos dessa transferência — informou Maya.

A informação foi corroborada pela secretária de Serviços de Comunicação Eletrônica do Ministério das Comunicações, Patrícia Ávila.

Segundo ela, a transferência

dos canais de televisão dessa faixa para o sinal digital será uma condição imposta na licitação.

Ela confirmou que o custo da transferência do sinal será assumido pela empresa vencedora do leilão, que só será feito depois de definidas as medidas de interferência.

— A ideia é garantir que a população continue a receber a TV aberta — disse.

A preocupação com o processo de realocação dos canais de TV aberta que hoje estão na faixa dos 700 MHz foi apresentada pelo conselheiro Nascimento Silva.

Ele lembrou que a faixa também é ocupada, por exemplo, por canais públicos, como as TVs educativas e estatais.

— O sistema público está sendo ignorado para favorecer interesses das empresas de telecomunicação — criticou.

Por sua vez, o presidente da Sociedade Brasileira de Engenharia de Televisão (SET), Olímpio José Franco, afirmou que foram identificadas interferências de sinais em uma série de testes sobre a faixa de 700 MHz — o que pode significar interferência do sinal de celular no de televisão. Ele sugeriu um aprofundamento dos estudos para que todas as questões sobre o assunto sejam esclarecidas antes do leilão para concessão da faixa.



Entre Fernando Cesar Mesquita e Miguel Cançado, Dom Orani (C) preside reunião

Pedro Franco/Agência Senado

Liberdade de expressão será tema de seminário em 2014

O conselheiro Fernando Cesar Mesquita informou que um seminário sobre liberdade de expressão e pensamento, que o Senado deveria realizar ainda este ano, foi adiado. O conselheiro explicou que o adiamento é devido a razões logísticas e volume de compromissos. O seminário deve ser realizado no próximo ano, a partir de março.

O conselho aprovou um requerimento de informações à Agência Nacional do Cinema (Ancine) pedindo explicação sobre possíveis peças publicitárias produzidas no exterior e exibidas no Brasil sem a participação de agência brasileira. Esse tipo de publicidade contraria a legislação do setor. Os conselheiros também manifestaram preocupação com as vagas do conselho que ainda não foram preenchidas. Ficou decidido que será enviada uma carta ao Congresso cobrando a indicação de novos membros. A próxima reunião do conselho está convocada para o dia 2 de dezembro.

Grupo vai discutir biografias não autorizadas

O Conselho de Comunicação Social definiu ontem a formação de grupos de trabalho para debater temas como a federalização dos crimes contra jornalistas, biografias não autorizadas e concentração de meios de comunicação.

Os grupos de trabalho vão esmiuçar projetos de lei e outras propostas em discussão na Câmara e no Senado relacionadas à comunicação social e preparar um relatório sobre elas, que depois será submetido ao conselho.

O conselheiro Fernando Cesar Mesquita destacou que há muitas propostas em análise no Congresso Nacional sobre o assunto, mas a comunicação social é muito complexa e o conselho pode e deve ir além.

— A dinâmica do processo político-social que o Brasil está vivendo exige que nos antecipemos e tomemos algumas providências relacionadas a medidas que podem ser tomadas para evitar, entre elas, a violência contra jornalistas — disse.

Comissão decide sobre peso máximo de mochilas escolares

Aprovado na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), será votado amanhã, pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), o projeto de lei da Câmara (PLC 66/2012) que estabelece que o conteúdo das mochilas dos estudantes não poderá exceder o limite de 15% do peso corporal do aluno. Ângela Portela (PT-RR) relatora do projeto nas duas comissões, apresentou substitutivo obrigando as escolas a oferecerem armários para os estudantes guardarem material escolar. Como observou, a necessidade é ainda maior nas escolas que recebem alunos em tempo integral.



Alunos saem de escola em Brasília: peso nas costas causa problemas na coluna

O autor, deputado Sandes Júnior (PP-GO), alertou para os problemas de saúde causados pelo excesso de peso carregado diariamente nas

mochilas escolares. Segundo o parlamentar, a Sociedade Brasileira de Ortopedia estima que cerca de 60% a 70% dos problemas de coluna na

fase adulta são causados por sobrecarga de peso e esforços repetitivos na adolescência.

Se não houver recurso para votação pelo Plenário do Senado, a matéria seguirá direto para a Câmara dos Deputados, em razão das mudanças feitas no Senado.

Consórcio

Empregadores pessoa física poderão formar consórcio para contratação de trabalhadores no meio urbano. É o que autoriza o PLS 478/2012, de autoria de Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), que modifica a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). O relator do

projeto, Sérgio Souza (PMDB-PR), agregou três emendas à proposta, argumentando que não é possível aplicar o modelo de consórcio de empregadores do meio rural — objetivo do texto de Rollemberg — para o urbano, “tamanho a discrepância fática entre as situações”. O consórcio será registrado no cartório de títulos e documentos do local de prestação do serviço, devendo, nessa ocasião, ser indicado o empregador que irá administrar as relações de trabalho. Se aprovado e não houver recurso para votação pelo Plenário, o projeto vai à Câmara dos Deputados.

Mais recursos para transporte público

Projetos de infraestrutura de transporte coletivo ou não motorizado, como corredores expressos e cicloviárias, deverão receber no mínimo 5% da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide). É o que prevê projeto de lei do Senado (PLS 11/2013) que está na pauta de hoje da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). A proposta, de Antonio Carlos Rodrigues (PR-SP), modifica a Lei

10.636/2002, que já prevê esse tipo de aplicação dos recursos da Cide.

O dinheiro, no entanto, está sendo “frequentemente retido no caixa do Tesouro Nacional para a composição de superávits primários”, explica o autor do PLS 11/2013. O relator, Luiz Henrique (PMDB-SC), recomendou a aprovação do projeto, que, se passar pela CAE, segue para a Comissão de Infraestrutura (CI).

Dívida de agricultores: novos limites

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) analisa amanhã o Projeto de Lei do Senado 622/2011, que define novas regras para remissão e renegociação de dívidas dos agricultores do Nordeste, contratadas com recursos do Fundo Constitucional do Nordeste. O texto eleva de R\$ 10 mil para R\$ 30 mil o valor das dívidas que poderão ser anistiadas e, para os agricultores com dívidas de até R\$ 200

mil, garante maior desconto para a liquidação. O projeto também prorroga o prazo de solicitação dos benefícios, encerrado em dezembro de 2012, para dezembro de 2014.

A autora do PLS 622/2011 é Lídice da Mata (PSB-BA). Relatado por Benedito de Lira (PP-AL), se aprovado e não houver recurso para votação em Plenário, o texto segue para a Câmara dos Deputados.

Novo Código Comercial poderá ajudar crescimento, afirma jurista

Para membro da comissão que reformula o código, reformas na legislação comercial poderão aprimorar o ambiente de negócios no Brasil

O BRASIL PRECISA de uma ampla reforma do Código Comercial, pois a regulação do setor é deficiente e não condiz com a importância econômica da área no mundo. A constatação foi a tônica da reunião realizada no fim de outubro em Boston, Estados Unidos, com especialistas do Banco Mundial, relatou ontem o professor Marcelo Nunes, integrante da comissão especial de juristas encarregada de elaborar o anteprojeto do novo Código Comercial.

O jurista disse ter havido interesse do Banco Mundial em contribuir para o debate sobre a legislação do setor, especialmente em temas como a simplificação da chamada sociedade limitada e o aperfeiçoamento nas regras de responsabilização de administradores.

— Eles acham que a reforma é necessária, eles estão ali para isso, têm recomendações, têm



Marcelo Nunes (E) ao lado de Alfredo de Assis Neto, vice-presidente da comissão de juristas do novo Código Comercial

experiência com outros países e querem, de alguma maneira, não só acompanhar, mas participar — afirmou Marcelo Nunes.

O jurista disse também haver necessidade de um novo ciclo de reformas na legislação comercial, que, para ele, poderá ajudar a fomentar o crescimento econômico do Brasil. Nunes observa ser

necessária a participação de juristas e legisladores na tarefa de aprimorar o ambiente de negócios no Brasil.

— Talvez, agora, tenha chegado o momento de a gente dar uma contribuição mais importante, porque, de fato, aquilo que sustentava o nosso crescimento, aí nos últimos 15 ou 20 anos, acabou.

Os juristas analisaram

também sugestões ao anteprojeto enviadas por diversas entidades representativas. O trabalho da comissão acaba com a apresentação do relatório final, prevista para o dia 19. No entanto, os integrantes da comissão querem continuar acompanhando, posteriormente, o projeto de lei que será discutido pelos parlamentares.

Será votado hoje crédito extra para o Ministério da Justiça

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) reúne-se hoje para votar um projeto de lei que concede crédito extra de R\$ 62 milhões para o Ministério da Justiça (PLN 10/2013).

O dinheiro será usado para atender o aumento da demanda de emissão de passaportes até o fim do ano e o controle migratório nos aeroportos internacionais de São Paulo e do Rio de Janeiro.

O relator, deputado Nilton Capixaba (PTB-RO), recomendou a aprovação do projeto.

— A título de fonte para a suplementação proposta, está sendo utilizado superávit financeiro apurado no balanço patrimonial da União do exercício de 2012, relativo a taxas e multas pelo exercício do poder de polícia e multas provenientes de processos judiciais — explicou.

(Da Agência Câmara)

Comissão analisa direito de greve de servidores na quinta-feira

Passados 25 anos da promulgação da Constituição, o direito de greve dos servidores públicos — previsto no inciso VII do artigo 37 — ainda carece de regulamentação. A tarefa está a cargo da comissão mista de consolidação de leis e de dispositivos constitucionais, que pode votar na quinta-feira o relatório de Romero Jucá (PMDB-RR) sobre o tema.

Trata-se de uma minuta que conclui pela apresentação de um projeto de lei, a ser encaminhado para a Câmara dos Deputados, onde começará a tramitar. Depois da análise

dos deputados, o texto será encaminhado ao Senado.

A proposta a ser analisada é inspirada no PLS 710/2011, de Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), e proíbe greve nas Forças Armadas, polícia militar e corpo de bombeiros militares, exigindo que os demais profissionais de segurança pública atuem com 80% do contingente. Outras 22 categorias de serviços essenciais, como assistência médico-hospitalar e ambulatorial, distribuição de medicamentos, transporte público, defensoria pública, tratamento de água e esgoto

e distribuição de energia devem, de acordo com o texto, manter 60% dos servidores trabalhando.

Prioridade

A proposta determina que as ações judiciais envolvendo greve de servidores públicos serão consideradas prioritárias pelo Poder Judiciário, ressalvados os julgamentos de habeas corpus e de mandados de segurança.

Julgada a greve ilegal, o retorno dos servidores aos locais de trabalho deverá ocorrer em prazo de até 24 horas contado

da intimação da entidade sindical responsável.

Os servidores que não retornarem no prazo fixado ficarão sujeitos a processo administrativo disciplinar. Por outro lado, depois de cessada a greve, o servidor terá a garantia de que nenhuma penalidade poderá ser imposta a ele em face de participação no movimento. A entidade sindical, por sua vez, ficará sujeita a multa diária, em valor proporcional à condição econômica.

Também estão previstas multas diárias para os sindicatos que descumprirem

decisões judiciais relacionadas à greve. As representações sindicais deverão convocar uma assembleia para definir as reivindicações, que serão levadas ao poder público para, em 30 dias, se manifestar. Se não houver acordo, será tentada uma negociação alternativa, que inclui mediação, conciliação ou arbitragem. Persistindo o desentendimento, os sindicalistas terão de comunicar a greve para a população, com 15 dias de antecedência, os motivos e o atendimento alternativo que será oferecido.

Wellington contesta pessimismo com economia Aloysio critica empréstimos secretos do BNDES

Wellington Dias (PT-PI) criticou ontem a forma pessimista com que vêm sendo interpretados os indicadores da economia brasileira. O senador salientou que, “mesmo vivendo um ano duríssimo”, o Brasil encerrará 2013 gerando mais de 1,2 milhão de novos empregos e mantendo o crescimento dos salários. Ele mencionou a conjuntura internacional, em especial as dificuldades econômicas da Europa, para concluir que o desempenho do Brasil está “de bom tamanho”.

— O mais pessimista dos economistas vai perceber que vamos crescer entre 2,5% e 3% este ano — afirmou.

O parlamentar lembrou a importância do Brasil como sétima maior economia do mundo e apontou fatores externos que impediram um crescimento maior do país — entre os quais, o aumento das restrições a importações, que constitui decisão prioritária em países em crise.



Para Wellington, o desempenho econômico do Brasil em 2013 está de bom tamanho

Ele também mencionou o recente impasse sobre a dívida dos Estados Unidos — que classificou como “situação perigosa para o Brasil dentro da crise” — e acrescentou que aquele país, em algum momento, terá que encontrar uma definição sobre o problema da dívida.

Wellington também elogiou o jornal *Meio Norte*, de Teresina, pela publicação de reportagem especial sobre os efeitos do Programa Bolsa Família no Piauí.

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) protocolou na Procuradoria-Geral da República uma representação contra o ministro de Desenvolvimento, Fernando Pimentel, pedindo a instauração de inquérito civil para apurar ilegalidade na decisão de classificar como secretos documentos relativos a empréstimos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) aos governos de Cuba e de Angola.

Segundo o senador, os documentos foram classificados como sigilosos por 15 anos, numa afronta à Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011) e à Constituição.

— Ou seja, até 2027, os brasileiros não poderão tomar conhecimento do teor desses atos. São atos públicos que devem ser de pleno conhecimento de todos — disse o parlamentar.

Aloysio lembrou que a Lei de Acesso à Informação determina que somente



Aloysio protesta contra decisão de pôr em sigilo os empréstimos do BNDES a Cuba e Angola

podem ser tratados como sigilosos documentos cuja divulgação comprometa a segurança da sociedade e do Estado, o que não é o caso dos empréstimos feitos pelo BNDES aos dois países.

— Então pergunto: que tipo de dados pode haver nesses documentos relativos a empréstimos? Prezo as relações de Brasil com Angola e com Cuba, mas não posso admitir que um ato oficial seja classificado como sigiloso — afirmou.

Brechas nas normas dos fundos de pensão permitem, na prática, que as empresas patrocinadoras quebrem os contratos assinados, alertam convidados da Comissão de Direitos Humanos



Em audiência na CDH, senadores cobram solução para aposentados e pensionistas das antigas aéreas Varig e Transbrasil

Caso Aerus pode se repetir em outros fundos de pensão

A SITUAÇÃO DOS aposentados e pensionistas do fundo de previdência Aerus foi um dos assuntos da audiência pública realizada ontem pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) para debater o tema “Os fundos de pensão e a dignidade das pessoas”. Segundo expositores e senadores, o Aerus é o exemplo mais emblemático dos problemas que os fundos de pensão podem acarretar aos participantes se os contratos não forem respeitados.

O Aerus reúne 10 mil participantes que trabalharam nas empresas aéreas Varig e Transbrasil. Devido a um rombo financeiro, a entidade está sob intervenção e, desde 2006, são pagos apenas 8% do valor das aposentadorias e pensões.

A líder do movimento dos aposentados do Aerus, Graziella Baggio, observou que as pessoas estão envelhecendo e

morrendo sem uma decisão, pela demora do governo federal em sanar os problemas.

— Os contratos não foram respeitados. Nem os contratos de renegociação. O que envolve essa discussão é também a impunidade dos administradores, não só dos fundos, mas dos patrocinadores — acrescentou.

Normas

Assim como Graziella, o assessor jurídico do Grupo em Defesa dos Participantes da Petros, Rogério José Pereira Derby, considera que normas como a Resolução 26/2008, do Conselho de Gestão da Previdência Complementar, que abriu a possibilidade de devolução de parte do superávit dos fundos de pensão às empresas patrocinadoras; e a Resolução 11/2013, que permite a retirada do patrocínio, representam, na prática, a possibilidade de quebra dos

contratos firmados entre os fundos e os trabalhadores.

Ainda segundo os debatedores, as brechas abertas por essas normas e uma gestão inadequada podem gerar novas “tragédias” como a do Aerus. O senador Paulo Paim (PT-RS) também cobrou uma definição sobre a situação do fundo.

— Virou uma situação de drama permanente. Estão morrendo, em média, três pessoas [beneficiárias] do Aerus por mês — disse.

O diretor-superintendente da Superintendência Nacional de Previdência Complementar, José Maria Rabelo, reconheceu que há divergências em relação às normas vigentes, reiterando, no entanto, que a Previc, como órgão fiscalizador, atua dentro da lei.

Também participaram da audiência os senadores Ana Amélia (PP-RS) e Wellington Dias (PT-PI).

Comissão volta a discutir financiamento da segurança

O financiamento da segurança pública será tema de mais uma audiência da comissão especial criada para estudar soluções para o setor. Entre os convidados, estão a secretária nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça, Regina Maria Filomena de Luca Miki, e o secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro, José Mariano Beltrame.

Na última audiência, ocorrida na quarta-feira, os debatedores discutiram a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 24/2012, que institui o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Segurança Pública. O fundo teria recursos de impostos recolhidos da indústria de armas, das empresas de segurança e do setor financeiro.

O dinheiro se destinaria a aparelhamento, remuneração, capacitação e integração dos órgãos de segurança pública. Além dessa PEC, outras duas propostas sobre o financiamento da segurança estão entre as 44 matérias em análise na comissão especial.

Para a audiência de amanhã, também foram convidados o presidente do Colégio Nacional de Secretários de

Segurança Pública, Wilson Salles Damázio; o secretário da Segurança Pública de São Paulo, Fernando Grela Vieira; o comandante-geral do Corpo de Bombeiros Militar de Goiás, coronel Carlos Helbingen Júnior; e o presidente da Confederação Nacional de Municípios, Paulo Ziulkoski.

Prazo de 90 dias

Instalada em 2 de outubro, a comissão é presidida por Vital do Rêgo (PMDB-PB) e tem como relator Pedro Taques (PDT-MT). O colegiado tem prazo de 90 dias para propor um novo modelo de segurança pública, partindo das propostas já em tramitação no Senado. Para isso, vem realizando audiências públicas a respeito de diversos temas que envolvem a questão.

Também integram a comissão Lindbergh Farias (PT-RJ), Eduardo Braga (PMDB-AM), Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), Armando Monteiro (PTB-PE), Eunício Oliveira (PMDB-CE), Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), Sérgio Souza (PMDB-PR), Inácio Arruda (PCdoB-CE) e Flexa Ribeiro (PSDB-PA).



Taques (2º a esq.) é o relator da comissão, cujo presidente é Vital do Rêgo (C)

Rolleberg critica plano urbanístico para Brasília

Rodrigo Rolleberg (PSB-DF) criticou o governo do Distrito Federal por elaborar o Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília sem participação da sociedade. Ele lamentou que o governo já tenha enviado a proposta à Câmara Legislativa do DF.

O senador afirmou que o plano do governo de Agnelo Queiroz (PT) deverá provocar um fortíssimo adensamento urbano dentro da área tombada, em Brasília, e também muito próximo ao sítio tombado. Para Rolleberg, fica a impressão de que o governo do DF e o governador Agnelo estão se submetendo às pressões e aos interesses da especulação imobiliária.

— Adensamento [urbano], por exemplo, na área do parque ferroviário e do Setor Militar Complementar, próximo à Rodoferroviária, onde há a previsão da construção de mais uma cidade, de mais um núcleo urbano, com prédios de até 27 metros de altura — disse.

O senador também criticou a contratação de uma empresa de Cingapura para fazer o plano de desenvolvimento do DF pelos próximos 50 anos.



Rolleberg: plano do governo pode causar adensamento do DF

Alvaro aponta aumento da violência no Brasil

Alvaro Dias (PSDB-PR) lamentou ontem o aumento do número de crimes no país em 2012, de acordo com levantamento das secretarias de segurança dos 27 estados, publicado domingo pelo jornal *O Estado de S. Paulo*. Ele observou que os dados apresentam um crescimento de 7,6% no número de homicídios em relação a 2011.

O senador chamou a atenção para o fato de que o número de assassinatos ocorridos em 2012 é o maior da série histórica desde 2008. Alvaro observou que os estados do Norte e do Nordeste seguem liderando o ranking de homicídios no Brasil: Alagoas com 61,8 casos por 100 mil habitantes, seguido de Ceará (42,5), Bahia (40,7) e Sergipe (40).

— O Brasil ocupa o sétimo lugar entre os países mais violentos. As mais de 50 mil mortes por homicídios são duas vezes mais do que a média de baixas em um ano de guerra entre Rússia e Chechênia. Portanto, no Brasil mata-se mais do que em países em guerra — disse Alvaro Dias.



Número de homicídios é o maior desde 2008, frisa Alvaro

Figueiró acusa descaso com Polícia Rodoviária

Em discurso ontem, Ruben Figueiró (PSDB-MS) acusou o governo de tratar com descaso a Polícia Rodoviária Federal (PRF). Segundo ele, governo está “sucateando” a instituição devido ao baixo investimento e ao corte de recursos. O senador cobrou do ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, “medidas imediatas” diante do abandono por que os policiais rodoviários federais estariam passando.

— O quadro é simplesmente assustador — disse. Figueiró relatou fato ocorrido há poucos dias em Sidrolândia (MS), quando uma viatura com dois policiais capotou durante perseguição a carro de traficante de drogas. Segundo Figueiró, a viatura estava com pneus gastos e em péssimas condições mecânicas. Para ele, isso retrata o corte de investimentos na área.

— É desesperadora a situação da segurança nas nossas estradas. O Estado brasileiro está sendo cada vez mais omissivo no cumprimento de suas funções essenciais. A ausência do governo nos leva a pensar que estamos entrando num caminho perigoso.



Figueiró chama a atenção para falta de investimentos

Comissão analisa mudanças na minirreforma eleitoral

Proposta com modificações feitas pelos deputados estará em discussão amanhã na Comissão de Constituição e Justiça. Relator preferiu manter a redação aprovada no Senado na maioria dos casos

DEPOIS DE SER alterada por substitutivo na Câmara dos Deputados, a proposta de minirreforma eleitoral (PLS 441/2012), de Romero Jucá (PMDB-RR), volta a ser examinada, amanhã, pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). O relator, Valdir Raupp (PMDB-RO), descartou muitas das modificações feitas pelos deputados, optando por preservar a redação aprovada pelo Senado na maioria dos casos.

Uma das mudanças do substitutivo da Câmara acatado por Raupp refere-se à fiscalização partidária das eleições. Assim, foi incluído dispositivo na Lei Eleitoral (Lei 9.504/1997) para limitar a dois o número de fiscais de cada partido ou

coligação credenciado por seção eleitoral para acompanhar os trabalhos de votação.

Por outro lado, Raupp rejeitou emendas dos deputados eliminando regulamentação feita pelo Senado sobre propaganda eleitoral antecipada e veiculação de propaganda institucional pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Dessa forma, manteve a decisão de considerar como propaganda eleitoral antecipada a convocação de redes de radiodifusão não só pelo presidente da República, mas também pelos presidentes da Câmara dos Deputados, do Senado e do Supremo Tribunal Federal (STF), para divulgação de atos caracterizados como propaganda política ou ataques

a partidos políticos e seus filiados ou instituições.

O relator também preservou dispositivo — aprovado quando das discussões do PLS 441/2012 no Senado — que concede permissão ao TSE para promover propaganda institucional em rádio e televisão incentivando a igualdade de gênero e a participação feminina na política. A veiculação das inserções — com duração de até dez minutos diários — deverá acontecer entre 1º de março e 30 de junho dos anos eleitorais.

Tão logo a CCJ se manifeste sobre as emendas da Câmara à proposta de minirreforma eleitoral, a matéria voltará a ser analisada pelo Plenário do Senado.



Pelo substitutivo de Raupp, cada partido poderia ter até dois fiscais para acompanhar os trabalhos nas seções eleitorais

ILB debate avaliação de políticas públicas

O professor sueco Evert Vedung é o convidado especial do seminário sobre avaliação de políticas públicas que o Instituto Legislativo Brasileiro (ILB/Interlegis) realiza no próximo dia 6, a partir das 15h, no seu auditório. Vedung presidiu a Comissão de Avaliação de Políticas Públicas da União Europeia e falará sobre o trabalho *As Quatro Ondas de Avaliação de Políticas Públicas*. O público poderá participar ou assistir ao vivo pelo portal do ILB/Interlegis na internet. Convidados e participantes falarão em inglês, sem tradução. O professor Paulo Calmon, do Centro de Estudos Avançados de Governo e Administração Pública da Universidade de Brasília (UnB), além de outros convidados, também participará do debate.

Indicado para diretoria da ANTT será sabatinado

A Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) sabatina amanhã o advogado Carlos Fernando do Nascimento, indicado pela presidente Dilma Rousseff para integrar a diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). Nascimento trabalha na agência desde 2006, onde se tornou diretor interino em março de 2012. A ANTT tem atualmente outros três diretores interinos, inclusive o diretor-geral, Jorge Luiz Macedo Bastos, situação que perdura desde que o Senado rejeitou a recondução de Bernardo Figueiredo à diretoria-geral da entidade, solicitada pela presidente da República. A sabatina será realizada imediatamente após a audiência pública que a CI realiza sobre segurança cibernética, que começa às 7h30.

Viana cobra posição sobre financiamento de campanhas

Ao criticar o financiamento de campanhas eleitorais por pessoas jurídicas, Jorge Viana (PT-AC) citou ontem as declarações do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Dias Toffoli, que, em entrevista ao jornal *O Globo*, disse que doações de empresas em eleições são “quase extorsão”. O ministro, segundo Viana, argumentou que “se a democracia é o governo do povo, só o povo, o cidadão, tem o direito de financiar a democracia”.

— O ministro deixa uma pista no sentido de que é



Viana: “Quem não vota não tem o direito de financiar as eleições”

inconstitucional a doação de pessoa jurídica nas eleições — afirmou o senador.

Viana cobrou do Congresso uma posição sobre a matéria por temer que o STF venha a se manifestar antes do Legislativo.

Paulo Paim pede esforço mundial no combate à fome

O Dia Internacional para a Erradicação da Pobreza, 17 de outubro, e a luta mundial pelo fim da fome foram lembrados por Paulo Paim (PT-RS) ontem. De acordo com dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), mencionados pelo senador, no ano passado havia no mundo 870 milhões de famintos em situação de extrema miséria.

O parlamentar ressaltou que, desde 1992, quando a Assembleia Geral das Nações Unidas instituiu o Dia Internacional para a



Paim lembra que a miséria é culpada por milhões de mortes

Erradicação da Pobreza, tem aumentado o número de pessoas empenhadas pelo fim da fome. Paim acredita, no entanto, ser preciso envolver as vítimas desse mal no desenvolvimento de políticas mais eficazes.

Ana Amélia lamenta deterioração das rodovias do país

Ana Amélia (PP-RS) lamentou ontem resultado de pesquisa da Confederação Nacional de Transportes (CNT) que aponta a deterioração das rodovias brasileiras no último ano. A pesquisa revela que 63,8% da extensão avaliada apresenta alguma deficiência no pavimento, na sinalização ou na geometria. Em 2012, o percentual era de 62,7%.

A senadora criticou a situação vivida por pelo menos 76 municípios do Rio Grande do Sul que ainda não têm acesso pavimentado à sede e



Ana Amélia: “Estatísticas escancaram mais de uma década de descaso”

assinalou que a falta de acesso em cidades do interior gera concentração de desenvolvimento econômico em regiões que já têm infraestrutura e traz as migrações e os bolsões de pobreza.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro
Segunda-secretária: Ângela Portela
Terceiro-secretário: Ciro Nogueira
Quarto-secretário: João Vicente Claudino
Suplentes de secretário:
 Magno Malta, Jayme Campos,
 João Durval, Casildo Maldaner

Diretor-geral: Helder Rebouças
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich
Diretor-adjunto: Flávio de Mattos
Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

AGÊNCIA SENADO

Coordenador: Marco Antonio Reis (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sheyla Assunção
Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia
Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Coordenador: Flávio Faria (61) 3303-3333

Editor-chefe: Sílvio Burle

Editores: André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Thâmara Brasil

Diagramação: Ronaldo Alves e Sandro Alex

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Cláudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Especialistas afirmam que o programa de satélite geoestacionário aumentará a capacidade, a velocidade e a segurança do acesso à internet e das comunicações eletrônicas

Satélite brasileiro trará soberania tecnológica

O PROGRAMA BRASILEIRO de Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC) foi avaliado como promissor na reunião de ontem da Comissão de Infraestrutura (CI), dentro do ciclo de debates Investimento e Gestão: desatando o nó logístico do país. O evento reuniu especialistas para os quais o satélite — que deverá ser levado à órbita terrestre em 2016 — ampliará a cobertura das redes de dados brasileiras, alcançando municípios que atualmente têm dificuldade no acesso à telefonia e à internet e dificultará a interceptação de dados estratégicos, além de proporcionar demanda por tecnologia desenvolvida no país.

Artur Coimbra, diretor do Departamento de Banda Larga do Ministério das Comunicações, tratou da contribuição do futuro satélite para a massificação do Plano Nacional de



Artur Coimbra, Caio Bonilha, Fernando Collor, presidente da Comissão de Infraestrutura, e Fabio da Silva discutem impactos do programa de satélite do governo

Banda Larga (PNBL), especialmente em áreas distantes que não estão cobertas pela rede de dados convencional e que dependem de conexão direta com satélites particulares — um serviço que, ressaltou, é caro e lento no Brasil.

Coimbra espera que o projeto aumente a segurança e a soberania da transmissão de dados no Brasil e aumente a

capacidade do país no desenvolvimento de satélites.

— O primeiro satélite permitirá que o Brasil adquira uma capacidade muito boa de desenvolvimento — afirmou, acrescentando que, no quarto satélite da série prevista, será possível usar somente componentes brasileiros.

Caio Cezar Bonilha Rodrigues, presidente da Telebras,

também lembrou a prioridade dada pelo programa à absorção e transferência de tecnologia. Ele criticou as operadoras dos satélites comerciais, que, segundo ele, priorizam áreas de maior demanda e não cobrem adequadamente regiões como a Amazônia. Ao ressaltar o papel da estatal — que não fornece acesso a consumidores finais — no incentivo aos pequenos provedores e na redução do preço do acesso no atacado, condenou o “monopólio” das operadoras de telefonia que exploram serviços de internet.

— Quando chegamos a uma determinada cidade, a demanda dobra — informou.

O capitão de mar e guerra Fabio Martins Raymundo da Silva, chefe da Seção de Comando e Controle da Chefia do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas do Ministério da Defesa, afirmou

que a capacidade existente — usada desde os anos 90, especialmente em operações conjuntas das Forças Armadas — está “chegando ao limite”. Entre as vantagens do satélite brasileiro, ele citou a cobertura de toda a América do Sul, podendo ainda alcançar operações como aquelas desenvolvidas pelo país na Antártida e no Haiti, e a arquitetura de rede de voz e dados totalmente segregada.

Fabio Martins Raymundo da Silva ainda minimizou a possibilidade de violação de dados, frisando que o satélite virá com defesa contra tentativa de interferência na frequência de transmissão — caso detectada, a comunicação poderá ser realizada por meio alternativo — e que todas as comunicações estrategicamente sensíveis são criptografadas usando-se protocolos sob o domínio de técnicos brasileiros.

Segurança eletrônica também está em discussão

A CI programou para amanhã outra audiência pública que também vai debater novas tecnologias de comunicação. O objetivo é buscar soluções de segurança cibernética, tema recorrente no Senado após as denúncias de espionagem dos Estados Unidos contra pessoas, empresas e governos de todo o mundo.

O painel sobre telecomunicações será o quinto do ciclo de debates Investimento e Gestão: desatando o nó logístico do país, que a CI promove como parte da agenda para 2013 e 2014, centrada no tema.

Para a audiência da CI, foram convidados o chefe do Centro de Defesa Cibernética

do Exército, general José Carlos dos Santos; o secretário de Telecomunicações do Ministério das Comunicações, Maximiliano Martinhão; e o diretor do Departamento de Segurança de Informação e Comunicação do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, Raphael Mandarino Junior.

Mineração em terras indígenas em debate

A pedido de Flexa Ribeiro (PSDB-PA), a Comissão de Meio Ambiente (CMA) discute hoje a exploração de riquezas naturais em terras indígenas em audiência pública com a participação de Valdir de Jesus Gonçalves e José Nazareno Torres de Moraes, técnicos da Fundação Nacional do Índio (Funai). O objetivo é debater o assunto levando em consideração a biodiversidade existente, a sustentabilidade dos projetos e a qualidade de vida dos índios.

Ao mesmo tempo em que estabelece que os recursos hidráulicos e minerais, inclusive aqueles localizados no subsolo, pertencem à União, a quem cabe explorar essas riquezas, a Constituição obriga a sociedade e o Estado brasileiros a respeitarem a organização social, a cultura e os direitos dos índios sobre as terras que tradicionalmente ocupam, entre eles o “usufruto exclusivo” das riquezas.

Reforçada pelo Código

Civil, a norma permite que os índios possam, por exemplo, usar livremente os recursos florestais das terras em atividades tradicionais ligadas à sobrevivência deles. Se o objetivo for comercial, porém, sempre dependendo da iniciativa dos próprios índios, a exploração deverá seguir as restrições impostas pelo Código Florestal e outras leis, inclusive em relação ao manejo e à proibição de corte e venda de algumas espécies.

Além disso, a Carta determina que a exploração mineral só poderá ocorrer “com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada participação nos resultados da lavra, na forma da lei”. Ou seja, nesse caso não há usufruto exclusivo e está clara a previsão de uma lei regulamentadora.

Um dos projetos para regulamentar a mineração em terras indígenas em fase de tramitação mais adiantada é o PLS 121/1995, do senador Romero Jucá (PMDB-RR), já aprovado pelo Senado e agora em exame na Câmara dos Deputados (PL 1.610/1996). Mas

o movimento indígena vem defendendo que o tema seja regulamentado como parte do Estatuto dos Povos Indígenas (PL 2.057/1991), um projeto apresentado à Câmara

pelo então deputado Aloizio Mercadante, hoje ministro da Educação. Subscrita por outros deputados, a proposta está parada desde 1994.

Polêmica

Discussões sobre os direitos garantidos aos índios e a exploração de recursos naturais nas suas terras têm sido frequentes nas comissões

Solução de vários conflitos depende de lei que regule a exploração mineral em terras cedidas aos índios

técnicas do Senado. Há duas semanas, por exemplo, em reunião da Comissão de Agricultura (CRA), foi debatida a exploração ilegal de diamante nas terras dos índios cintas-largas, em Mato Grosso e Rondônia, motivo de conflitos com garimpeiros. Uma das opções sugeridas seria a concessão de permissão para que as jazidas de diamante sejam exploradas. Mas, para que isso possa ser feito, o Congresso precisa aprovar uma lei estabelecendo em que condições as terras dos índios podem ser utilizadas para mineração.

Por outro lado, iniciativas como a Lei 9.433/1997, que estabeleceu a Política Nacional de Recursos Hídricos, não têm conseguido evitar a judicialização dessas questões, especialmente em relação à previsão de consulta prévia às comunidades indígenas, um dos motivos de ações contra a instalação da usina de Belo Monte, por exemplo.

Comissão faz reunião preparatória para convenção da ONU

A Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (CMMC) faz hoje reunião preparatória para a 19ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP-19). O encontro internacional será realizado de 11 a 22 de novembro, em Varsóvia, na Polônia.

Foi convidado para o debate o subsecretário-geral de Meio Ambiente, Energia, Ciência e Tecnologia do Ministério das Relações Exteriores, embaixador José Antonio Marcondes de Carvalho.

Resíduos sólidos

Antes do debate com o embaixador, o colegiado realizará audiência pública sobre a incineração de resíduos sólidos, proposta pelo deputado Adrian (PMDB-RJ).

A reunião da comissão começa às 14h, no Plenário 9 da Ala Alexandre Costa.

(Da Agência Câmara)

Estudos mostram que o toque dos seios pela própria mulher não reduz mortes por câncer. O exame capaz de detectar tumores em estágios iniciais é a mamografia

Médicos condenam autoexame da mama

Ricardo Westin

NO BRASIL, POUCAS campanhas de saúde conseguiram ser tão eficazes quanto a protagonizada por Cássia Kiss no final dos anos 80. No vídeo, a atriz surge com os seios à mostra para ensinar às mulheres como se detecta o câncer de mama:

— Examinando os seus seios a cada 30 dias, você pode descobrir caroços, alterações no formato ou perda de líquido. Câncer da mama: a cura pode estar em suas mãos — ela diz.

A mensagem foi repetida e replicada de forma extraordinária. Os brasileiros até hoje, 25 anos depois, veem o autoexame como a melhor maneira de descobrir o tumor. No mês passado, uma das *hashtags* mais repetidas no Facebook e no Twitter foi #autoexame — em apoio ao Outubro Rosa, uma campanha mundial sobre a necessidade da detecção precoce do câncer de mama.

Apesar das boas intenções, os internautas estão equivocados. Confiar no autoexame é uma medida já ultrapassada. Valia para a época em que Cássia Kiss gravou o anúncio. Hoje, o que os médicos recomendam como métodos capazes de detectar precocemente o câncer são o exame físico (feito por um médico ou enfermeiro) e a mamografia (o raio X dos seios).

— A medicina avançou e, como se tivesse jogado um balde de água fria na nossa cara, revelou que o autoexame não traz benefícios — afirma o médico Ruffo de Freitas Júnior, diretor da Escola Brasileira de Mastologia (braço de ensino e pesquisa da Sociedade Brasileira de Mastologia).

Confiar no autoexame e ignorar a mamografia não é apenas uma medida ultrapassada. É também perigosa. Enquanto a mamografia acusa nódulos ainda minúsculos, a partir de 4 milímetros de diâmetro, o autoexame só detecta caroços já grandes, com mais de 1,5 centímetro. O risco é o de o tumor ser descoberto quando está em estágio avançado e as chances de cura são menores.

Freitas Júnior aponta outro problema do autoexame:

— É como se o médico delegasse à mulher a imensa responsabilidade de detectar uma doença que pode matá-la. O autoexame a deixa extremamente ansiosa.

O autoexame começou a ser ensinado às mulheres por médicos americanos nos anos 50, época em que o mamógrafo não existia (surgiria na década seguinte) e boa parte das



Médica analisa imagem de seio: mamografia é capaz de apontar tumores ainda pequenos, o que eleva as chances de cura



Nos anos 80, Cássia Kiss ensina o autoexame: "A cura pode estar em suas mãos"

pacientes chegava aos serviços de saúde com tumores grandes e inoperáveis. Dos EUA, o autoexame ganhou o mundo.

Pesquisas

A conduta mudou no final dos anos 90. O divisor de águas foram duas pesquisas realizadas separadamente, uma na China e a outra na Rússia. Os cientistas acompanharam, ao todo, 390 mil mulheres. Metade havia sido instruída a fazer o autoexame com regularidade; metade não havia recebido orientação. Ao cabo de uma década, para surpresa dos pesquisadores, os dois grupos tiveram o mesmo índice de mortalidade. O autoexame se mostrou incapaz de evitar as mortes.

O médico sanitário e epidemiologista Arn Migowski, do

Instituto Nacional de Câncer (Inca), esclarece que, apesar de todos os problemas, o autoexame não está proibido de todo: — As mulheres podem e devem conhecer o próprio corpo. Assim, elas percebem quais alterações da mama são naturais, como as provocadas pelo ciclo menstrual, e quais não são naturais e podem indicar algum problema que precisa ser avaliado pelo médico.

A maior incidência do câncer de mama se dá na faixa que vai dos 50 aos 69 anos.

Na rede pública, a recomendação é que as mulheres se submetam ao exame físico das mamas anualmente a partir dos 40 anos. A mamografia, de dois em dois anos, começa aos 50.

Na rede privada, adota-se outro protocolo. Elas costumam

passar pelo exame físico e pela mamografia de ano em ano a partir dos 40 anos. O raio X dos seios não é indicado antes dessa idade.

De todos os cânceres, o de mama é o que mais mata mulheres. Pelas estatísticas oficiais, 12.700 brasileiras morreram por causa da doença em 2010.

Para a médica mastologista Angela Trinconi, do Instituto do Câncer do Estado de São Paulo (Icesp), falta hoje uma campanha pela mamografia tão forte quanto foi aquela de Cássia Kiss pelo autoexame. Ela, porém, ressalva que essa medida sozinha não reduziria as mortes porque a rede pública ainda tem limitações que atrasam a detecção e o tratamento:

— A mulher que sente um nódulo na mama percorre um caminho demorado: dois meses para marcar a consulta no posto de saúde, dois meses para agendar a mamografia, dois meses para receber o resultado, dois meses para marcar o retorno ao posto e mais dois meses para se consultar com o médico especialista em mama. É quase um ano, tempo demais para quem tem câncer. E me refiro ao que, em geral, ocorre no estado de São Paulo,

O câncer

■ ESTATÍSTICAS

O câncer de mama é o segundo mais frequente entre as mulheres, depois do câncer de pele. No ano passado, foram registrados 52.700 novos casos no Brasil. É o câncer que mais mata brasileiras. Em 2010, a doença fez 12.700 vítimas.

■ SINTOMAS

Podem ser sinais de câncer caroço endurecido no seio, secreção saindo espontaneamente do peito (em especial se contiver sangue), alteração no formato do bico do seio, retração na pele da mama e nódulo embaixo do braço.

■ PREVENÇÃO

Para reduzir o risco de ter a doença, a mulher deve alimentar-se bem, praticar atividade física, manter-se no peso correto, não fumar e não abusar do álcool. A amamentação também ajuda a proteger a mulher do câncer de mama.

■ DETECÇÃO PRECOCE

O câncer é detectado pela mamografia e pelo exame clínico feito pelo médico. A mulher deve ir ao especialista anualmente a partir dos 40 anos. Quem tem na família casos de câncer de mama ou de ovário deve consultar-se a partir dos 35.

■ TRATAMENTO

A mulher com câncer de mama precisa se submeter a quimioterapia, hormonoterapia, radioterapia e (ou) cirurgia. Quanto mais cedo a doença é descoberta, maiores são as chances de cura. Sendo tratada tardiamente, pode levar à morte.

Fonte: Instituto Nacional de Câncer

Projeto do Senado criou o Dia Nacional da Mamografia

Entre os temas de saúde pública, o câncer é um dos mais recorrentes no Senado.

Em março, os senadores aprovaram um projeto de lei que beneficia as mulheres que, para se livrarem do tumor em estágio avançado, precisam ter toda a mama extirpada. A proposta, que virou lei no mês seguinte (Lei 12.802), obriga os hospitais públicos a fazer a reconstrução imediatamente após a retirada do seio, na mesma cirurgia. Isso impede que adiem a operação reparadora por tempo demais.

Recém-aprovado pelo Senado e agora à espera da sanção da presidente Dilma Rousseff, um projeto da senadora Ana Amélia (PP-RS) inclui os remédios orais contra o câncer na cobertura obrigatória dos planos de saúde (PLS 352/2011). Esses medicamentos, indicados para diversos tipos de tumor, inclusive o de mama, são utilizados pelo paciente em casa.

Hoje, os planos só pagam as drogas endovenosas, que são administradas nos hospitais.

Desde 2008, o 5 de fevereiro é o Dia Nacional da Mamografia. A criação da data (Lei 11.695) resulta de um projeto da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO). O objetivo é anualmente lembrar as mulheres que a mamografia, capaz de detectar o tumor de mama precocemente, deve tornar-se um exame de rotina.

No mês passado, os prédios do Senado e da Câmara se iluminaram de cor-de-rosa todas as noites, como parte do Outubro Rosa, uma campanha internacional pela detecção precoce do câncer de mama. Neste mês, a luz é azul. O objetivo é chamar a atenção dos homens para o câncer de próstata, dentro da campanha Novembro Azul. O **Jornal do Senado** publicará uma reportagem sobre essa doença no *Especial Cidadania* da próxima terça-feira.

Saiba mais

Rádio Senado ouve médicos sobre as falhas do autoexame
<http://bit.ly/FalhasAutoexame>

Cássia Kiss mostra como se faz o autoexame, em vídeo dos anos 80
<http://bit.ly/VideoAutoexame>

Artigo médico faz comparação entre autoexame e mamografia
<http://bit.ly/ComparacaoAutoexame>

Cartilha do Inca explica o que é o câncer de mama
<http://bit.ly/CartilhaCancerMama>

Veja esta e outras edições do *Especial Cidadania* em www.senado.leg.br/especialcidadania